



A DESOLADORA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS PRETOS ANTES, DURANTE E APÓS A COVID-19 EM SOCIEDADES LEGADAS DA ESCRAVIDÃO AFRICANA NOS ANTIGOS IMPÉRIOS DA EUROPA: REMÉDIOS REALISTAS CAUTELOSOS

THE DISMAL EDUCATION OF BLACK CHILDREN AND YOUTH BEFORE, DURING, AND AFTER COVID-19 IN AFRICAN SLAVERY LEGACY & OLD EUROPEAN EMPIRE SOCIETIES : SOBERING REALISTIC REMEDIES

John H. Stanfield, II

John Stanfield, II é sociólogo, professor emérito da Universidade de Indiana, pesquisador sobre a diáspora africana e fundador do Instituto Avançado de Estudos de Ideias de Políticas da Renascença Africana (ASARPI), nas Ilhas Maurício e na África do Sul.

RESUMO

Este artigo oferece uma perspectiva testemunhal sobre as chamadas Sociedades Legadas da Escravidão Africana e dos Antigos Impérios da Europa, com base em experiências vivenciadas nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul e nas Ilhas Maurício durante a pandemia da Covid-19. O autor destaca desafios das abordagens neoliberais que aliam políticas públicas a iniciativas privadas como soluções paliativas que terminam por reforçar desigualdades previamente existentes em todos os campos sociais. Construções históricas moldam comportamentos de ceticismo e desconfiança de certas camadas da população em relação a políticas públicas de educação e saúde, já que, no passado, essas foram usadas como estratégias que reforçavam segregação e discriminação. Contudo, não considerar as particularidades das políticas públicas que devem ser destinadas ao público não branco também significa ignorar suas prerrogativas derivadas de situações específicas vividas e não universais. O autor finaliza sugerindo remédios para o enfrentamento desses desafios no sentido de promover justiça às populações legadas da escravidão africana.

PALAVRAS-CHAVE: escravidão africana, pandemia covid-19, educação, políticas públicas

ABSTRACT

This article offers a testimonial perspective about the African Slavery Legacy and Old European Empire Societies, parting from experiences in the United States, Brazil, South Africa and Mauritius during the covid 19 pandemic. The author highlights challenges of neoliberal approaches that ally public policies with private sector as palliative solutions which result in deepening previously existing inequalities in all aspects of society. Historical constructs shape skeptical behaviors and distrust of certain populations with regards to education and health public policies because, in the past, these have been used as strategies to reinforce segregation and discrimination. However, not to consider the particularities of public policy which should be destined to the non-white population also means to ignore its prerogatives which derive of specific lived situations which are not universal. The author suggests remedies for tackling these challenges as a means to promote justice to the African Slave Legacy populations.

KEYWORDS: african slavery, covid-19 pandemic, education, public policy

Observações iniciais

O período de 2020-2021 da pandemia global Covid-19, com respingos em 2022, trouxe surpresas e sustos que precisamos processar e possivelmente ainda tratar. A relevância de certos tópicos relacionados à Covid-19, que aqueles que ocupam posições de liderança na formulação de políticas de Estado e da Sociedade Civil podem preferir evitar, se furtar ou distorcer – devido à sensibilidade aos tabus e formas convencionais de pensamento liberal ou conservador progressista –, impedem aqueles na política de projetar e gerar ações com base em pontos de vista realistas em detrimento de pontos de vista ideológicos utópicos – inacessíveis –, quer sejam de esquerda ou de direita.

A Covid-19 começou no topo das sociedades de descendentes de europeus, como também aconteceu com a China, espalhando-se internacional e domesticamente por linhas aéreas; as classes rica e média viajavam, espalhavam-na e alcançavam os menos privilegiados e menos viajados, em seus meios e fora deles, tornando ainda pior a sua vida já miserável. Embora essa pandemia não tenha preconceito de *status*, assim como outras, e não distinga credo, política, ou nacionalidade, a Covid-19 na era da tecnologia digital provou que nos mantém separados ao invés de unidos contra esse inimigo contagioso comum, destruidor de nós todos como família humana. Os fabricantes de drogas, que também tinham seus familiares entre os doentes e moribundos, não tiveram empatia por nós, mantendo os preços das vacinas baixos, mas, sim, aumentando-os, sacrificando ainda mais os que já viviam mal. Muitos empregadores demitiram seus funcionários em lugar de ajudá-los. Mesmo os da linha de frente, privados de sono e do contato com suas famílias por meses a fio. Os proprietários despejaram seus inquilinos e em vez de cuidar deles usando seus ganhos de capital excedentes e espaços em suas propriedades para abrigar aqueles que perderam seus empregos ou ficaram desempregados. Todos os níveis de escolas, muitas vezes liderados por aqueles que são pouco ou nada qualificados em aprendizado remoto em computador, forçaram seus alunos a

estudar em casas mal equipadas tecnologicamente (ou sequer equipadas) e, frequentemente, sem acesso a Wi-Fi.

A Covid-19 moveu democracias bem desenvolvidas, ou em desenvolvimento, com liderança estatal voltada à extrema direita, para uma liderança estatal autocrática de nacionalistas brancos. Isso se explica pelo temor das consequências das mudanças de poder global e de suas próprias nações, de branco para não branco. Bastantes estados, democráticos e os nem tão democráticos, usaram a pandemia como desculpa para cercear liberdades de expressão e movimento.

Protestos tais como a brutalidade policial antinegra de George Floyd, as explosões de protesto nos Estados Unidos e em todo o mundo foram atenções temporárias prestadas, enquanto o pano de fundo da desigualdade racial continuou presente em meio a uma pandemia que, aparentemente, destruiu-nos todos em saúde digna, no cuidado e aplicação da lei adequada e justa – tudo o que permaneceu egoisticamente nas mãos daqueles mais privilegiados que não compartilhavam seus recursos. Ou os recursos que a elite rica compartilhou foram migalhas do dinheiro em espécie jogados em programas e projetos de combate ao racismo, sem valor duradouro, e apoio a símbolos vazios de progresso, como mudança de nomes de prédios com promessas de mais – o que provavelmente não virá – usadas como estratégia de controle de danos para acalmar massas descontentes, especialmente aquelas negras e não brancas. Havia aqueles de nós que mantinham esperança e fé, acreditando de alguma forma que todos sairíamos melhor, juntos, assim que a Covid-19 enfraquecesse a exemplo da gripe espanhola de 1918, tornando-se apenas um tempo para se ficar de cama e nada mais. Agora vemos que em muitos aspectos ocorreu exatamente o contrário.

O confinamento induzido pela Covid-19, que aqueles de nós com pensamento e ações positivas esperavam (STANFIELD, 2020), nos forçaria, seres humanos, – de sociedades profundamente divididas – a nos encontrarmos re-humanizando os outros – que aprendemos desde o berço a degradar –, e a

construir, talvez pela primeira vez, conexões sustentáveis com outros, geralmente estigmatizados, e com aqueles que amamos, cuidamos ou com quem contamos, nos locais de trabalho e em outros lugares. Inversamente, encontramos taxas crescentes de violência doméstica durante as fases de confinamento em todo o mundo. Descobrimos que, na maioria dos casos, quando saímos de nossas cavernas de confinamento, não nos tornamos mais amorosos com os outros “desiguais” (que não são como nós) nem mesmo com aqueles que são “iguais” (como nós). Em vez disso, à medida que nos levantamos para voltar aos nossos escritórios e às vidas públicas, prosseguimos perpetuando as mesmas velhas divisões, segregações e preconceitos que nos mantinham separados estrutural e emocionalmente. Voltamos às nossas vidas de tabus e distanciamento social, além de preconceitos em relação àqueles que, desde a infância, aprendemos ser inferiores ou superiores a nós, que descartamos como objetos, negando-lhes o tratamento de seres humanos. À medida que emergimos desse desastre natural global que causou estragos inimagináveis em nossas vidas, deixamos de realizar nossas rotinas costumeiras por um ou dois anos, talvez menos. O que mais me surpreendeu em todas as nossas experiências desoladoras com a Covid-19 foi a rapidez com que voltamos ao antigo normal de fazer ou manter desigualdades vivas entre nós e sermos até simpáticos e não fazer nada sobre as desigualdades diárias normalizadas como os liberais progressistas que gostamos de afirmar ser.

Em geral, nós, seres humanos, em ordens estratificadas acima e abaixo, aprendemos tão pouco durante a pandemia, apesar de contarmos com tantas mídias sociais para fazer muito melhor do que em eventos similares anteriores, com o intuito de aprender a abandonar nossos sentidos e as crenças em diferenças insidiosas, nos unir, e de outras maneiras desenvolver formas muito mais humanas de tratar a paz e a justiça, em lugar do conflito, a guerra e a exploração dos pobres e marginalizados. Ao considerarmos, neste momento, a contínua guerra russo-ucraniana induzida pelo Ocidente em meio ao aprofundamento do sofrimento das pessoas comuns dentro e fora das zonas de

guerra em todo o mundo, à medida que experimentamos o declínio da Covid-19, confirma quão pouco a pandemia nos ensinou sobre o amor e a cuidar dos desfavorecidos e da necessidade de encontrar métodos mais eficazes de justiça e paz na nova ordem mundial emergente. Enquanto isso, como se nada tivesse acontecido conosco em 2020-2021, o pensamento imperialista obsoleto, os americanos ricos e os brancos europeus que habitam as partes mais em declínio da economia global estão preocupados, de ambos os lados, com a guerra, com agarrar tudo o que podem às custas de nós, dentro e de fora da zona de guerra.

Neste artigo, busco enfatizar um ponto, destacando aspectos que alguns liberais progressistas podem encarar como cínicos, e os conservadores, como muito radicais, oferecendo um olhar sóbrio ao que permanece para um negro em nações que chamo de Sociedades Legadas da Escravidão Africana. As Sociedades Legadas da Escravidão Africana (STANFIELD, 2011), nomeadamente as do Hemisfério Ocidental, Índia, Ilhas Maurício e África do Sul, derivam da escravização e da desumanização histórica dos africanos de vários séculos pelos europeus e árabes. E também temos as sedes dos Antigos Impérios Coloniais Europeus, onde muitos de seus colonos negros e outros povos descendentes de africanos se estabeleceram, geralmente, na linha de frente, e outros trabalhadores mal pagos dos quais os europeus com suas populações brancas em declínio dependem, embora o neguem. Recusam justa cidadania, fazem acentuada discriminação e propiciam o aparecimento de partidos de supremacia branca de direita, incluindo não apenas Grã-Bretanha, França e Itália, mas todos os lugares, sendo que a Suécia conta com crescente população de imigrantes negros e não brancos.

A seguir, minha opinião sobre esses assuntos baseada em meus mais de dez anos de viagem e residência na África Austral e Oriental, Brasil e EUA, como etnógrafo casual e autoetnógrafo e como estudante de “raça” e justiça restaurativa multicultural (STANFIELD 2022a, 2022b). Afirmo que desastres naturais, como o que a pandemia da Covid-19 forjou e exacerbou a rotina sustentada dos negros de castas inferiores, onde quer que estejam nas

sociedades legadas da escravidão africana, ou nas nações dos Antigos Impérios Europeus, onde aterrissaram e permaneceram. Isso contrasta com o que poderia ter acontecido ou poderia estar acontecendo, mas não aconteceu, ou seja, mover as elites brancas e outras não negras, como as chinesas e indianas, para erradicar o racismo estrutural, político e socioemocional que manteve a maioria dos negros como povos da base social, apenas um degrau acima dos povos indígenas, onde eles vivem.

Isso se percebe na educação pública inadequada contínua que as crianças negras recebiam antes da pandemia, e piorou durante a pandemia com a indiferença do Estado, para além dos relatórios estatísticos. Agora é normal manter a maioria das crianças e jovens negros nas masmorras das Sociedades Legadas da Escravidão Africana e do Antigo Império Europeu, nas quais, na melhor das hipóteses, encontram-se excluídos e marginalizados, buscando um jeito de saírem de seus espaços segregados, com poucos recursos, para uma sociedade na qual, embora competente, ainda enfrenta barreiras de aceitação como seres humanos, dignos de tratamento decente, reconhecimento, promoções e conquistas sem limitações. Conforme observado recentemente pelo professor de Yale, Elijah Anderson (2022), com minhas lentes comparativas intersociais adicionais, ser negro durante e fora do período de desastres naturais como a Covid é um *status* provisório historicamente persistente que significa que igualdade negra na educação, e em todos os outros setores, pode melhorar, para alguns, mas, na maioria das vezes, ser negro significa – devido à sua ascendência, especialmente se tiver cores marrom ou preta perceptível de sua pele –, ser considerado não digno de respeito e confiança pelo Estado e pela Sociedade Civil dominados por brancos.

Quando se trata da educação de crianças e jovens negros nesse contexto, termino com algumas soluções sugeridas que, lidas vinte anos atrás, seriam consideradas desagradáveis para liberais e conservadores progressistas, independentemente da sociedade, mas que agora podem ser consideradas

opções muito mais razoáveis, isto é, se fosse conferida educação de qualidade, que todos merecem receber, a crianças e jovens negros.

Filantropia

Em sua edição de 6 de outubro de 2022, *News Digest* informou:

Com gastos federais relacionados à pandemia chegando ao fim, gastos com crianças, que reduziram mais da metade a taxa nacional de pobreza infantil, devem reverter para níveis de pandemia a partir de 2022, segundo um relatório do Urban Institute.

Financiado pelas fundações Annie E. Casey e Peter G. Peterson, o relatório, *Kids' Share 2022: Relatório sobre gastos federais com crianças até 2021 e projeções futuras* (66 páginas, PDF), fornece uma visão geral dos gastos federais com crianças de 18 anos ou menos durante a pandemia de Covid-19, que atingiu o recorde histórico, em 2021, totalizando US\$ 10.710 por criança, um aumento de 40% em relação aos US\$ 7.600 em 2020, um aumento recorde nos gastos pré-pandemia, de US\$ 6.810 por criança em 2019. O aumento nos gastos de 2020-21 reflete pagamentos de impacto econômico (cheques de estímulo), uma expansão temporária do crédito fiscal federal para crianças e aumento dos gastos com nutrição, programas de educação, saúde, cuidado infantil e educação. No total, o governo federal gastou quase US\$ 834 bilhões 78 milhões de crianças em 2021 – uma quantia sem precedentes que deve cair mais de 13% este ano.

De acordo com o relatório, a resposta financeira do governo federal à pandemia, combinada com esforços semelhantes em nível estadual, melhorou significativamente as condições de muitas crianças e suas famílias. Conforme medido pela Medida Suplementar de Pobreza – uma fórmula do Bureau do Censo dos EUA que fornece uma avaliação mais abrangente do bem-estar econômico do que outras métricas federais – a pobreza infantil diminuiu drasticamente de 12,6% em 2019 para 5,2% em 2021. Com o fim da pandemia

(relacionada a gastos), aumentos planejados para programas de direitos focados principalmente em adultos e pagamentos estatutários da dívida nacional, o relatório estima que os gastos federais por criança diminuirão em dólares reais em quase um terço até 2032, prenunciando o aumento da pobreza infantil na próxima década.

Meu ponto é

Como sociólogo do conhecimento causal comparativo e de persuasão autoetnográfica, permaneço bastante atento, – embora perturbado –, aos absurdos que tendemos adotar como acadêmicos, governos, sociedades civis e pessoas comuns, quando se trata de estatística sobre pobres e pobres negros, em particular. Ficamos surpresos ao ouvir sobre a situação dos pobres, especialmente quando são pretos. Embora seja compreensível, já que a maioria das pessoas pobres negras vive no continente africano ou em países fora da África, criados historicamente por meio do comércio atroz de escravos europeus e árabes de vários séculos e do desenvolvimento e evolução da sociedade baseada em escravizados. E, em tais terras, aqueles que estão no topo, os colonizadores escravizadores e seus descendentes, e os colonizados escravizados são, em sua maior parte, socializados multigeracionalmente no que chamo de amnésia histórica conveniente. Portanto, vivem na ignorância mundana sobre a situação dos negros entre eles, especialmente os negros extremamente pobres. Tem sido fácil usar as presunções rotineiras de Darwin Social sobre a razão dessas pessoas serem tão pobres – culpa delas mesmas – para que o resto das Sociedades Legadas da Escravidão Africana possa virar a cabeça sem qualquer senso de responsabilidade e muito menos consciência. Isso é especialmente problemático em tempos de desastres naturais, como a pandemia da Covid-19 que varreu o mundo recentemente e ainda não terminou.

Seja no Brasil, Canadá, França, Grã-Bretanha, Itália, nas Ilhas Maurício, na África do Sul ou nos Estados Unidos, sem falar em outras sociedades derivadas ou beneficiadas pelo comércio histórico de escravos africanos e da

formação de sociedades a partir disso, ou no coração do antigo império europeu, não surpreende descobrir-se que, desproporcionalmente, as pessoas mais impactadas pela falta de recursos para se proteger e pelo número de mortos tenham sido negras. Uma vez que em tais sociedades em que os negros são tão fortemente segregados, nas favelas, centros urbanos, comunidades rurais de meiros, vilas rurais e urbanas e outras comunidades com poucos recursos, espera-se que suas já terríveis dificuldades tenham sido mais impactadas negativamente do que as dos brancos e privilegiados.

As regras de biodiversidade da pandemia da Covid-19 jogaram duro especialmente contra as pessoas em áreas como favelas, onde o distanciamento social era uma impossibilidade devido à falta de espaço para isolamento, e que, em circunstâncias normais, teriam que caminhar por quilômetros para conseguirem assistência médica pública, ainda que inadequada.

Como foi sempre o caso, é no acesso econômico e no desempenho escolar que, além das populações indígenas, as populações negras são as menos propensas a se desenvolver. A exceção ocorre nos Estados Unidos, onde os imigrantes afrodescendentes, que começaram a chegar depois de 1970, são americanos mais instruídos, inclusive bem mais do que os negros nativos.

Houve um fluxo constante de estudos empíricos que demonstraram que a Covid exasperou os problemas educacionais de acesso e desempenho, da escola pré-primária ao ensino médio, e, além da juventude negra na América e em outras Sociedades Legadas da Escravidão Africana, também nos Antigos Impérios Europeus Coloniais, como no continente africano. O confinamento pandêmico em muitas comunidades negras locais expôs crianças e jovens a lares sem computador e tecnologias, Wi-Fi indispensáveis para seus deveres de casa e provas, mais do que seus colegas brancos e outros não brancos. Isso está bastante documentado empiricamente.

O que não foi explorado tão profundamente por cientistas sociais e comentaristas mais gerais da era Covid nas Sociedades Legadas da Escravidão

Africana e nos Antigos Impérios Coloniais Europeus, é a questão dos problemas sociais de indiferença histórica, degradação, desconfiança da autoridade pública e alienação e marginalização na sociedade mais ampla, que convergiram para causar ainda mais danos à capacidade de crianças e jovens negros de obterem o que precisavam dos sistemas educacionais e o bem-estar econômico de seus pouco educados e subempregados pais e outros responsáveis (ANDERSON, 2020). Ele fala do erro comum do pensamento liberal e conservador sobre os remédios políticos para erradicar os problemas educacionais que os negros experimentam nas sociedades legadas da escravidão africana e nos antigos impérios coloniais europeus, e na África antes e durante a pandemia do Covid-19. Ou seja, a recusa em admitir o insidioso racismo antinegro normativo que sustenta o insucesso e o fracasso dos negros com uma gotícula de mobilidade bem-sucedida nos principais círculos e setores da sociedade. Em vez disso, empregam-se linguagem evasiva e estratégias políticas que, na pior das hipóteses, culpam os negros pelas vítimas ou, na melhor das hipóteses, pelas vagas "forças sociais" reificadas.

Essa falta de admissão por parte dos líderes do Estado e da sociedade civil de orientação branca e não branca dominante nas Sociedades Legadas da Escravidão Africana e nos Antigos Impérios Coloniais Europeus impede discussões políticas com transparência para identificar e resolver efetivamente os problemas arraigados que crianças e jovens negros enfrentam em suas atividades escolares, uma vez que o racismo insidioso é ignorado, diluído, ou experimenta reduções em termos de classe ou gênero. Torna-se mais complicado quando ocorrem desastres naturais ou causados pelo homem, como furacões, ciclones, inundações, terremotos, massacres e genocídios. Estudos históricos confirmam que as pandemias atingem mais comunidades negras e indígenas, se se admitir o motivo pelo qual essas populações são desproporcionalmente devastadas pelas realidades econômicas estruturais e políticas do racismo insidioso.

Isso explica por que, durante e anteriormente, a Covid se tornou uma intrusa indesejada em nossas vidas, como um fator de controle de danos, de oportunidades educacionais desanimadoras, acesso e desempenho de crianças e jovens negros permanecendo fora das agendas públicas nacionais. Aí se inclui a administração Biden-Harris dos EUA, que proíbe menções estatísticas, discursos solidários e compromissos simbólicos, com introduções condescendentes, não havendo uma retórica de campanha substancial para abordar questões estruturais profundas do âmago sobre como a pouca educação das crianças e da juventude negras e a crescente impotência dos negros para controlar a educação em suas próprias comunidades.

O racismo antinegro sistêmico insidioso continua a produzir doenças e mortes desproporcionais de negros, aprofundadas pelos impactos da Covid. Portanto, é compreensível por que a desconfiança negra profundamente institucionalizada – e a subsequente alienação de funcionários públicos na educação, política, aplicação da lei, ciência e mídia –, se tornariam um terreno fértil para teorias da conspiração da esquerda e da direita, e de líderes religiosos influentes, como os esforços intencionais do Estado para exterminar os negros. Isso contribui para altas taxas de doença e mortes por Covid-19 entre os negros que evitam as vacinas devido à influência de teóricos da conspiração.

Propostas sóbrias realistas

Antes, durante e pós-pandemia, estado constante de desespero político e estrutural da educação pública de crianças e jovens negros em comunidades rurais e urbanas historicamente segregadas e com poucos recursos exige doses de propostas realistas. Tais soluções são relativas em importância e eficácia, dependendo da Sociedade Legada da Escravidão Africana e do Antigo do Império Colonial Europeu, mas o fio condutor da resistência do setor público e a falha em oferecer educação de qualidade em comunidades negras segregadas predominantemente pobres significa duas opções de solução que devem trabalhar de mãos dadas.

Primeiro, como os protestos contra a brutalidade policial de George Floyd nos Estados Unidos e em outros lugares ao redor do mundo, deve haver as coalizões de protesto de rua em massa e de grupos corporativos compostos por negros e não negros pobres, lideranças, cidadãos comuns e residentes imigrantes que defendem educação pública no ensino básico de qualidade para crianças e jovens negros. A principal barreira que bloqueia a eficácia dessa opção é que, ao contrário da disposição branca progressiva de entrar na onda da brutalidade policial antinegra, há menos disposição de fazê-lo sobre educação inclusiva e capacitadora para pessoas negras. Tal inclusão teria que envolver cotas raciais e soluções de reparação que a maioria dos brancos se opôs na França, Alemanha, Grã-Bretanha, Ilhas Maurício, Portugal e EUA e onde é legal, no Brasil, e um pouco no Canadá, tem manipulado mesmo que paradoxalmente muitos o sejam, em todos esses países, nações a favor da diversidade cultural em todos os níveis da educação pública.

A segunda opção é desenvolver e institucionalizar sistemas educacionais comunitários abrangentes privados, suficientemente resilientes, em comunidades negras pobres rurais e urbanas economicamente frágeis para resistir a desastres naturais, como pandemias, e problemas diários de recursos e conflitos. Temos pelo menos modelos parciais de melhores práticas para escolher em desenvolvimento no Brasil, conforme documentado em <https://borgenproject.org/brazilian-initiatives-that-support-favela-children/>; a zona infantil do Harlem na cidade de Nova York <https://hcz.org/>; e em minha catalogação de 2009 das ONGs de apoio ao nível educacional em municípios da Cidade do Cabo. Esses sistemas educacionais abrangentes dos setores privados e sem fins lucrativos, que oferecem educação abrangente para crianças negras em comunidades segregadas de fato, devem estar enraizados em esforços de angariação de fundos derivados da comunidade majoritária e esforços de sustentação de doações com apoio de doadores nacionais e internacionais, em vez da maioria externa de doadores domésticos e internacionais. Isso está de acordo com a teoria do "balde furado" e com a prática de desenvolvimento

comunitário no qual pessoas pobres em suas comunidades têm recursos financeiros significativos que se revelam quando os moradores da comunidade são treinados a mudar suas prioridades de gastos e usar princípios de gestão de qualidade ética para desenvolver responsabilidade.

Essa opção nos afasta das práticas tradicionais de políticas educacionais progressistas liberais desde a década de 1960, em que a integração racial era preferida à educação segregada baseada na comunidade negra decorrente da *Brown* de 1954, declarando que a desagregação racial nas escolas era inconstitucional. À medida que assistimos a 60 anos de destruição de escolas negras de qualidade com administradores engenhosos e professores com compromisso moral com a justiça, com a dessegregação em muitos lugares sendo destrutiva para a obtenção de educação e orientação de crianças e jovens negros, vem se tornando uma área aceitável de discussão de políticas nos EUA, pelo menos, sobre o valor da educação com bons recursos nas comunidades negras. Tornou-se uma discussão ajudada por outros grupos étnicos e religiosos, como chineses, coreanos, judeus e católicos mais antigos, estabelecendo suas escolas e negócios comunitários auxiliados por suas tradições de financiamento cultural, evitando, assim, as práticas de discriminação dos sistemas bancários controlados por brancos dominantes. Além disso, houve o movimento das escolas *charter* com seu histórico misto de eficácia nos EUA, que aumentou a promessa do setor privado com ou sem parceria do setor público em levar educação de qualidade a comunidades negras pobres.

A necessidade de repensar a oposição liberal à educação comunitária do ensino básico nesta era de mudanças demográficas, transformando a América em um país dominante não branco na educação, bem como na política e no capitalismo de consumo, é simbolizada pelo crescente respeito e influência dos estudos de Emory. A ilustre professora universitária Vanessa Sidell Walker nos últimos 20 anos, especialmente nos últimos 10; incluindo sua presidência de 2019-2020 da associação de pesquisa educacional mais poderosa dos EUA: The

American Education Research Association e associação à augusta National Academy of Education.

Quando em 1996 o livro de Walker *Seu Maior Potencial: Uma Comunidade Escolar Afro-Americana no Sul Segregada* foi publicado pela University of North Carolina Press, ela espantou o estabelecimento educacional liberal americano, por se opor à defesa da desagregação escolar e da integração racial. Mais de vinte anos depois, em meados dos anos 1960, de histórico misto de desagregação desde Brown, ficou claro que a destruição da base moral da educação negra – repleta de demissões de professores negros competentes e o desmantelamento de suas escolas e redes – foi um erro terrível. O que resta é corrigi-lo por meio de esforços para construir um forte setor privado e privado/público de alta qualidade, Ensino Básico, para canalizar efetivamente o ensino superior e postos de trabalho, especialmente pós-pandemia de Covid-19 que expôs e exasperou os fios desencapados sustentados por um Estado e governos locais indiferentes nas Sociedades Legadas da Escravidão Africana e nos Antigos Impérios Coloniais.

Para dar certo, o que está sendo proposto terá que envolver um edital novo e inovador de liderança de comunidades negras capaz de estimular efetivamente os moradores a criarem condições sustentáveis de sistemas educacionais comunitários abrangentes, enraizados na institucionalização de dotação externa indígena e minoritária orientada para a justiça majoritária. Isso somente funcionará quando as mudanças demográficas mundiais incorporarem tais transformações tornarão a difícil tarefa de construir uma mobilização de base mais viável e sustentável do que há apenas alguns anos.

O exercício desse segundo remédio, deve ser fundamentado no primeiro. Ou seja, nas sociedades descritas, precisamos construir e institucionalizar uma cultura de movimentos nacionais e globais nos principais círculos de formulação de políticas no governo e na sociedade civil para garantir maior conscientização e ações políticas que essas sociedades, em sua pluralidade, possam se desenvolver mais efetivamente no século 21, quando o pluralismo de



seus cidadãos em suas comunidades é visto como vantagem em vez de desvantagem. No sentido de desenvolvimento de sistemas de educação de recursos comunitários que preparam todos, não apenas alguns, para os rigores competitivos demandados para uma contribuição competente para a sociedade no século 21 em diante.

Tais movimentos iriam de mãos dadas com a primeira opção de desenvolver-se uma cultura pública de protesto de rua e grupos corporativos como *advocacy* para educar o público sobre a necessidade de apoiar cotas baseadas em “raça” a fim de erradicar as naturezas racistas dessas sociedades com raízes coloniais históricas. Isso requer que os principais líderes do Estado e da Sociedade Civil entendam que a justiça restaurativa multicultural funciona como uma situação vantajosa para todos em uma sociedade em que seres humanos competentes e competitivos são necessários, e ninguém capaz é barrado ou marginalizado no acesso e na mobilidade. Isso acontece quando o Estado e a Sociedade Civil oferecem incentivos positivos como desenhos de políticas, implementações e monitoramentos/avaliações; para garantir que o público esteja bem informado sobre as razões das cotas e reparações raciais serem meios para permitir aos negros historicamente excluídos competirem de forma justa pelo seu ingresso e mobilidade na educação e no emprego. Inaugurar a igualdade em setores e sistemas-chave são imperativos para a construção de nações plurais viáveis que educam todas as suas crianças e jovens com qualidade, mesmo quando desastres naturais, como pandemias, as atingem, seus sistemas resilientes continuam a educar todos os jovens e crianças, independentemente de sua cor de pele, ascendência e classe socioeconômica por meio desses abalos sociais.

Referências

- ANDERSON, E. 2020. *Black Folk and Covid-19*. Faculty Spotlight. University of Pennsylvania. 17 de abril.
- ANDERSON, E. 2022. *Black in white space: the enduring impact of color in everyday life*. Chicago: University of Chicago Press.
- COLLYER, F. [s. d.]. “Of Black Piercing of White Supremacy Ways of Knowing and Being”. In: COLLYER, F. *The research handbook for the sociology of knowledge*. [S. l.]: Editora Edward Elgar.
- STANFIELD II, J. H. 2011. “Weberian Ideal Type Methodology in Comparative Historical Sociological Research: Identifying and Understanding African Slavery Legacy Societies” In: STANFIELD II, J. H. (Ed.). *Rethinking Race and Ethnicity in Research Methods*. [S. l.]: Left Coast Press, pp. 293-312.
- STANFIELD II, J. H. 2020. “Gandhi and The Recovery of the Spiritual Root in the Crystallizing”. *Covid-19 Pandemic Era. Relevance of Gandhian Philosophy in the COVID-19 Crisis International Webinar*. [S. l.]: University of Delhi Department of African Studies.
- STANFIELD II, J. H. 2022a. *More Thinking About “Race”*. [S. l.]: University of Mauritius Press.
- STANFIELD II, J. H. 2022b. *“Race” and Culture in Casual Ethnography As Autoethnography & Autoethnography As Casual Ethnography: Cross-Societal and Societal Snapshots*. [S. l.]: University of Mauritius Press.
- WALKER, V. S. 1996. *Their highest potential: an african american school community in the segregated south*. Carolina do Norte: University of North Carolina Press.